

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



***Coping, Resiliência e Stress Profissional no Sistema de
Protecção de Crianças e Jovens: Um estudo exploratório
com técnicos portugueses***

Ana Margarida Bárrios Rocha

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

Área de Especialização em Psicologia Clínica e da Saúde –

Psicologia Clínica Sistémica

2019

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



***Coping, Resiliência e Stress Profissional no Sistema de
Protecção de Crianças e Jovens: Um estudo exploratório
com técnicos portugueses***

Ana Margarida Bárrios Rocha

Dissertação orientada pela Professora Doutora Maria Teresa Ribeiro

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

Área de Especialização em Psicologia Clínica e da Saúde –

Psicologia Clínica Sistémica

2019

Agradecimentos

À Professora Doutora Maria Teresa Ribeiro, por toda a orientação, confiança e apoio que me forneceu durante esta jornada. Por me ter recebido de braços abertos após uma interrupção de quase sete anos, com a sensação de que poderia retomar esta jornada que me estava destinada.

À minha colega Leonor Vilhena da Cunha, por ter partilhado o tema da sua tese de Doutoramento comigo, permitindo que a minha dissertação fosse uma gota colaborativa no oceano sistémico da sua investigação.

A todos os que participaram nesta investigação, desinteressadamente, colaborando para uma melhor percepção do panorama português nesta área.

Ao Doutor David Neto, que me ajudou a perceber que o caminho seria por aqui. Que há gavetas que não podem permanecer indefinidamente abertas e me deu as ferramentas para compreender o quanto de mim é movido pelo bichinho da Psicologia.

Aos meus pais, que nunca desacreditaram o meu percurso, mesmo que interrompido, e sempre se preocuparam em garantir que não estava a dar um passo maior que a perna.

À minha irmã, companheira de todas as lutas e dores de crescimento. Pela sabedoria da idade e pelo colo sempre disponível.

Aos meus sobrinhos, pela magia inegável que trazem à minha vida e me ajudam a acreditar que todas as crianças merecem uma vida feliz, junto de quem lhes quer bem.

Aos meus amigos: os da faculdade, os de infância, os que ficaram dos trabalhos por onde fui passando, os da vida. Por sempre me motivarem, ouvirem, fazerem acreditar (às vezes mais do que eu própria) e pelo dom da amizade que nos une. Vocês sabem quem são!

À família do meu namorado, por todo o apoio, compreensão e sentido de humor que põe na minha vida, em todo este processo extenuante que foi escrever uma dissertação e à vida no geral.

E por último, o maior agradecimento possível, ao meu namorado. A este amor tão grande que me permitiu pôr a vida em stand-by para perseguir um sonho que estava mal arrumado e que pedia para ser realizado, mesmo que não o ouvisse gritar. Pi, se não fosses tu e a tua crença irreduzível em mim e nas minhas capacidades, tinha desistido à primeira contrariedade. Obrigada. Todas as expressões de amor não chegam para transmitir o quanto te estou grata. Por isto e pela vida bonita que vamos construindo.

RESUMO

O objectivo do presente estudo é o de investigar o coping, a resiliência e o stress profissional nos técnicos portugueses do sistema de protecção de crianças e jovens. Participaram na investigação 50 indivíduos, de 12 distritos portugueses e com uma média de idades de 41,58 anos. Adoptou-se uma metodologia quantitativa, através de uma bateria de testes e um questionário sócio-demográfico, que foram posteriormente analisados com recurso ao *software SPSS 25.0 for Windows*. Verificou-se que os técnicos apresentam uma resiliência elevada, assim como uma percepção considerável do *stress* profissional, tanto na sua severidade como na sua frequência e que utilizam variadas estratégias de *coping* com maior relevância para o *coping* activo, o planear e a reinterpretação positiva. A formação específica na área demonstrou ser um factor potenciador da capacidade de reconhecimento do *stress* profissional.

Palavras-chave: coping, resiliência, stress profissional, crianças e jovens em risco, técnicos, área social.

ABSTRACT

The aim of the present study is to examine the coping, resilience and occupational stress of Portuguese technicians in the child protection system. 50 subjects from 12 Portuguese districts with an average age of 41.58 years participated in the research. With a quantitative methodology, a battery of tests and a socio-demographic questionnaire was conducted, which were later analysed using *SPSS 25.0 for Windows software*. Technicians were found to have high resilience, as well as a perception of occupational stress, both in its severity and frequency, and to use variable coping variables with greater relevance for active coping, planning and positive reinterpretation. Specific training in the area has been shown to be a factor that enhances the ability to recognize occupational stress.

Key-words: coping, resilience, occupational stress, children and youth at risk, technicians, social area.

ÍNDICE

Introdução	7
1 - Enquadramento Teórico	8
1.1. Modelo de Protecção de Crianças e Jovens em Portugal	8
1.2. As Comissões de Protecção de Crianças e Jovens e os seus técnicos	9
1.3. Os técnicos e o funcionamento psicossocial	11
1.3.1. O coping	11
1.3.2. A resiliência	13
1.3.3. O <i>stress</i> profissional	14
2 - Metodologia	17
2.1. O desenho da investigação	17
2.2. Questões Iniciais	17
2.2.1. Mapa conceptual	18
2.3. Objectivos	19
2.4. Questões de investigação	19
2.5. Estratégia metodológica	19
2.5.1. Caracterização da amostra	20
2.5.2. Instrumentos utilizados	21
2.5.3. Procedimentos de Recolha de Dados	27
2.5.4. Procedimentos de Tratamento e Análise de Dados	28
3 - Resultados	29
3.1. Caracterização da amostra relativamente às variáveis de funcionamento psicossocial	29
3.2. Análise da normalidade das variáveis	31
3.3. Correlações entre as variáveis em estudo	32
3.3.1. Correlações entre as variáveis em estudo: sócio-demográficas e de funcionamento psicossocial	32
3.3.2. Correlações entre as variáveis de funcionamento psicossocial	34
3.4. Teste <i>t</i> para duas amostras independentes	36
4 - Discussão de resultados	38
Conclusão	44
Referências bibliográficas	46
Anexos	48

Introdução

O sistema de Promoção e Protecção das Crianças e Jovens tem origem na necessidade da sociedade de responder aos desafios da infância, juventude e famílias, em situação de risco. O estudo deste sistema, que apresenta variações de país para país, é relativamente recente e ambiciona não só compreender como promover melhorias ao mesmo.

Actualmente compreendemos a infância e a juventude como estádios totalmente distintos da vida adulta mas esta concepção é também ela recente, com pouco mais de dois séculos. Até ao século XIX as crianças eram tratadas de forma muito semelhante aos adultos, não existindo noção de responsabilidade social para com as mesmas (Tomás & Fonseca, 2004). Em Portugal, no início do século XX, compila-se o primeiro conjunto de leis específicas para menores, sem diferenciar menores infratores de menores em risco. Décadas mais tarde, em 1991, criam-se as Comissões de Protecção de Menores, que irão sofrer diversas mutações que permitirão compreender e separar os menores em risco dos menores infratores, profissionalizando assim as intervenções com os mesmos, de forma diferenciada.

Poderemos pensar o sistema de Protecção de Crianças e Jovens português em duas linhas interventivas: a figura central da família, com maior foco nos menores, e os Tribunais e outras entidades competentes em matéria de infância e juventude. Serão estes intervenientes de segunda linha o principal foco desta investigação. A relação entre o tipo de trabalho desenvolvido por estes profissionais e o stress profissional está amplamente estudado, tanto na área dos magistrados como nos psicólogos, educadores e assistentes sociais, contudo até à data não existem em contexto português estudos que relacionem stress profissional, coping e resiliência.

1- Enquadramento Teórico

1.1. Modelo de Protecção de Crianças e Jovens em Portugal

A concepção de infância como hoje a conhecemos é tão recente como o século XIX, sendo por isso expectável que as medidas de protecção da mesma se circunscrevam ao século XX e actual.

No panorama português, a Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais data de 1977 (Lei nº 82/77) e é nela que se definem quais os tribunais de competência especializada e quais os seus ramos – nas quais se incluem os Tribunais de Família e os Tribunais de Menores. No ano seguinte, 1978, o Decreto-Lei nº 314/78 revê a Organização Tutelar de Menores, ajustando-a à alterações introduzidas pela Lei nº 82/77.

É no âmbito do artigo 13.º da Organização Tutelar de Menores que são criadas as Comissões de Protecção de Menores, por Decreto-Lei nº 189/91, a 17 de Maio de 1991. As Comissões de Protecção de Menores foram reformuladas e criadas novas de acordo com a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alterando-se a sua denominação para Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ). É nesta mesma Lei que podemos encontrar a definição das CPCJ como “instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral”, adoptada até aos dias de hoje. É ainda importante referir que “um dos princípios subjacentes a esta Lei consiste em remeter, somente em última instância, casos ao tribunal. Dá-se, desse modo, primazia a uma intervenção primária (...)” (Tomás e Fonseca, 2004, p.391). A Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo sofreu ainda três alterações até à data presente – em 2003, 2015 e 2017. Em suma, podemos admitir que é no texto da Organização

Tutelar de Menores que encontramos a regulamentação da estrutura e funcionamento dos Tribunais de Menores e Estabelecimentos de assistência.

Se pensarmos na Protecção de Crianças e Jovens em Portugal como uma peça de teatro, teremos a família (com maior foco nos menores) como figura central e os Tribunais e respectivas entidades com competência em matéria de infância e juventude como figuras secundárias, não menos importantes para o desenrolar da história que se pretende contar.

1.2. As Comissões de Protecção de Crianças e Jovens e os seus técnicos

Ao longo dos anos, a crescente importância do papel da família e das funções do Estado no apoio à mesma levou à criação e organização daquilo que hoje conhecemos como Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ). Estas Comissões funcionam de forma Alargada e Restrita, reflectindo-se esta diferença na frequência e motivos de reunião. A Comissão de Protecção Alargada é composta por diversos representantes do Município e do Estado e pelos técnicos que venham a ser cooptados pela comissão, com formação, designadamente, em serviço social, psicologia, saúde ou direito, ou cidadãos com especial interesse pelos problemas da infância e juventude.

Os técnicos, têm sido de especial importância e é preocupação das actuais CPCJ incluir nas suas Comissões técnicos especializados que possam assim ajudar na resolução mais célere de problemas específicos, da infância e juventude. O objectivo primordial das CPCJ é o de intervir junto de crianças e jovens em situação de perigo, de forma primária, remetendo para segundo plano os Tribunais. Esta intervenção será mais completa e eficaz, quanto maior for a coordenação entre as diferentes áreas que actuam em matéria de infância nos planos social, psicológico, familiar, judicial, da saúde e da educação (Tomás e Fonseca, 2004).

Dado o seu cariz público e oficial, é elaborado anualmente pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Protecção das Crianças e Jovens (CNPDPJ) o Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ do ano transacto. Este relatório visa não só analisar o trabalho realizado, como também servir de instrumento de mudança, sendo essencial na caracterização do terreno de intervenção. Contudo, em 2008, a CNPDPCJ encomendou ao Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) um Estudo de Diagnóstico e Avaliação das CPCJ, de carácter independente. Os principais objectivos do estudo eram: “conhecer e avaliar os processos de trabalho das Comissões; Avaliar a eficácia/eficiência das Comissões; Conhecer aprofundadamente os contextos de actuação das Comissões; Avaliar a formação específica dirigida aos membros/técnicos das Comissões” (Torres, Pegado, Sousa e Cruz, 2008, p.5). Tendo em consideração este último objectivo, é de ressaltar alguns dos constrangimentos encontrados na avaliação das acções de formação específica dirigidas aos técnicos das CPCJ. Estas acções de formação visavam colmatar as deficiências neste domínio mas, apesar de bastantes resultados positivos, verificaram-se ainda a existência de comissões onde os membros não receberam formação específica à data de entrada para a mesma, bem como a admissão de membros nas CPCJ cuja formação ou preparação em nada incluía conhecimentos em promoção e protecção de menores (Torres et al. 2008). Poderá esta ausência de formação ou formação deficitária ter influência nas representações das comissões?

Hellinckx e Colton (1993, citado por Martins, 2005) referem que a profissionalização crescente dos serviços poderá ser a resposta para uma necessária transformação de representações das comissões. A protecção de crianças e jovens acarreta consigo alguma desvalorização, enquanto sector social. É muitas vezes representado como um sistema de fim de linha. Os utentes e as suas histórias de vida podem contribuir

largamente para isso mas, em muitas situações, os próprios técnicos envolvem-se num discurso menosprezante e depreciativo. Martins (2005) afirma que algumas medidas serão necessárias na reabilitação de mentalidades e no modo de acção neste domínio, entre elas a profissionalização, a avaliação e monitorização das práticas e resultados e a qualificação dos profissionais integrados nas CPCJ. Estas medidas são corroboradas pelo parecer do Ministério Público e Juízes, Segurança Social, Saúde, IPSS e Escolas que identificaram as necessidades mais prementes para uma melhoria global do sistema. Das cinco entidades ouvidas, todas referiram como necessário a “profissionalização das CPCJ”, a formação “contínua e específica” dos membros e ainda a “fiscalização e supervisão” do trabalho realizado pelas CPCJ (Torres et al. 2008).

1.3. Os técnicos e o funcionamento psicossocial

Como já referido, o discurso dos técnicos enquanto “subproduto da perspectiva assistencialista sobre a prestação deste sector e o estatuto dos seus utentes” (Martins, 2005, p.9) poderá ter diversas influências (*coping*, resiliência, *stress* profissional, etc.), contudo, analisando alguns estudos feitos com psicólogos, assistentes sociais e monitores, ser-nos-á possível obter uma imagem mais concreta.

1.3.1. O coping

O *coping* pode ser definido como o conjunto de esforços comportamentais e cognitivos, em mudança constante, que visam gerir exigências internas ou externas específicas, consideradas como excedendo os recursos pessoais (Lazarus & Folkman, 1984). Estes autores definem o *coping* e as suas estratégias como um processo, precisamente pela sua mutabilidade. Mais tarde, Carver et al. (1989, citado por Pais Ribeiro & Rodrigues, 2004) não se propondo a alterar o modelo de Folkman e Lazarus, acrescentam-lhe alguns aspectos. Referem-se a estilos de *coping* ou *coping* natural como

constantes através do tempo e situações, sendo por isso mais do tipo traço (do que processo). Ambas as abordagens contextuais do *coping* convergem em alguns aspectos: 1) múltiplas funções; 2) influenciado pela avaliação do contexto; 3) influenciado pelas características de personalidade; e por último 4) é influenciado pelos recursos sociais. Serão portanto estes quatro aspectos que teremos em consideração na revisão de literatura existentes, bem como na nossa investigação.

Kalliath e Kalliath (2014) propuseram-se estudar a relação trabalho-família de assistentes sociais australianos e quais as estratégias de *coping* utilizadas pelos mesmos. Quando questionados sobre os principais desafios encontrados nesta relação, os participantes identificaram as pressões do trabalho (podendo esta ser definida pela natureza do trabalho social, expectativas da organização, carga laboral e défice no apoio inter-colegas/supervisores) como um dos principais desafios encontrados, causadores de stress. As principais estratégias de *coping* mencionadas foram: suporte social, reconfiguração cognitiva, comunicação oportuna, definição clara de expectativas, gestão de tempo, flexibilidade laboral e hobbies. Outro estudo, realizado em 2012 por Almeida, aborda as questões de stress, burnout e *coping*, numa amostra de psicólogos algarvios portugueses. Quando medidas as estratégias de *coping* mais utilizadas, verificamos que em primeiro lugar se encontram estratégias de controlo, seguidas de estratégias de evitamento e, por último, estratégias de gestão de sintomas. Porém, as estratégias de gestão de sintomas são consideradas como mais eficazes para lidar com o stress, principalmente no desempenhar da sua função actual e entre os 2,5 anos e os 10 anos de experiência profissional. São utilizadas de forma significativa estratégias como: beber, praticar desporto, comer, ir a eventos culturais, desportivos ou comunitários, viajar, ter cuidados pessoais com a aparência física, etc.

1.3.2. A resiliência

O conceito de resiliência é vasto, complexo e, muitas vezes, contextual. Tendo isso em consideração, optamos por abordar a perspectiva de Richardson (2002) em que a resiliência se define segundo três linhas de investigação. A primeira define resiliência tendo em consideração as qualidades resilientes e os factores protectores dos sujeitos, por oposição a factores de risco, e sistemas de suporte que predizem sucesso pessoal e social. A segunda linha de investigação sugerida pelo autor vê a resiliência como um processo de *coping*, permitindo lidar com adversidades, mudanças ou stressores e também como forma de identificar e fortalecer factores protectores do indivíduo. Por último, a terceira linha tem como foco as energias (ou forças) motivacionais da resiliência, essenciais na reintegração através da adversidade. Ainda, e segundo Bonanno (2004), resiliência refere-se à capacidade que o ser humano tem de manter-se relativamente estável e saudável (de forma funcional quer física, quer psicologicamente) perante situações exigentes.

Um estudo publicado na África do Sul em 2015 teve como objectivo definir linhas de orientação para a promoção da resiliência entre assistentes sociais, designadamente CPSWs - child protection social workers. De forma geral, os CPSWs protegem crianças vulneráveis através de serviços estatutários. Esse trabalho diário num contexto desgastante e, por vezes fisicamente perigoso poderá levar a resultados negativos para os CPSWs o que, por sua vez, têm consequências prejudiciais no seu próprio bem-estar e dos seus clientes (Gibbs, 2001 citado por Truter & Fouché, 2015). Truter e Fouché (2015) referem ainda que os CPSWs que se adaptam positivamente às adversidades que enfrentam podem ser considerados resilientes.

1.3.3. O *stress* profissional

De acordo com a Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho, o "*stress* relacionado com o trabalho é experienciado quando as exigências do ambiente

laboral excedem a capacidade dos trabalhadores para lhes fazer face (ou controlá-las)" (EU-OSHA, 2009, p.14). O uso de estratégias de *coping* poderá diminuir a intensidade de um stressor, servindo como predictor do funcionamento psicossocial do indivíduo. Da mesma forma que o *coping* é usado como adaptativo face a exigências que excedem os recursos pessoais, o *stress* ocupacional emerge em contextos onde as exigências laborais excedem esses mesmos recursos. Cooper e Marshall (1982, citado por Mouquinho, 2015) sugeriram um modelo de stress ocupacional cujo objectivo é identificar as principais fontes de stress ligadas ao trabalho e as suas repercursões, quer para o indivíduo quer para a organização. Estes autores categorizam cinco causas de *stress* ocupacional: 1) aspectos intrínsecos ao trabalho; 2) papel desempenhado na organização; 3) progressão na carreira; 4) relacionamento interpessoal e 5) estrutura e clima organizacional.

Em 2008, Hahn e Carlotto, avaliaram a relação entre as variáveis demográficas, laborais e psicossociais e o Síndrome de Burnout, em monitores de uma fundação de protecção no Brasil. Apesar dos resultados obtidos indicarem um elevado índice de Realização Profissional, indicavam também índices médios de Exaustão Emocional. Outro resultado relevante deste estudo é a associação do Stress com a Exaustão Emocional e a Realização Profissional. Entre a variável "Percepção de stress" e a dimensão Exaustão Emocional verificou-se uma correlação de 0,650 e entre a mesma variável e a dimensão Realização Profissional uma correlação de -0,335. Por último, outro resultado interessante é a correlação entre a variável "Carga horária" e a dimensão Despersonalização e a dimensão Realização Profissional – quanto maior a primeira, maior a segunda e menor a terceira. Estudos realizados com psicólogos portugueses apontam também resultados interessantes face à satisfação profissional e ao stress inerente à mesma. Uma investigação de Gomes e Cruz (2004) concluiu que, em média, 30% dos psicólogos vivenciam elevados níveis de stress no exercício da sua profissão. Contudo o

mesmo estudo revela que apenas 30% dos psicólogos não está satisfeito com a sua situação profissional actual. A possibilidade e desejo de procurar um novo emprego é uma forte tendência para cerca de 25% da população estudada. Outro dado interessante é que apesar de algum desagrado com as condições profissionais, mais de 80% destes profissionais não se arrepende da escolha que efectuou, a nível académico. Os principais indicadores de problemas de saúde são sensações de cansaço e exaustão; dificuldade em acordar, levantar e adormecer; consumo excessivo no que toca à alimentação, ingestão de bebidas e hábitos tabágicos. Por fim, esta investigação agrupou em quatro grandes tipos as principais fontes e factores de stress dos profissionais de Psicologia em Portugal. Em primeiro lugar o estudo revela que constitui fonte de pressão o stress resultante de erros cometidos em trabalho, bem como as implicações ou consequências negativas dos mesmos, tendo este factor maior prevalência na amostra feminina deste estudo. Em segundo lugar, e sendo mais referidos pela amostra masculina, encontram-se os aspectos relativos às relações profissionais, sendo a incompetência ou inflexibilidade dos superiores hierárquicos e a supervisão inadequada os factores causadores de stress em cerca de 50% dos psicólogos. O terceiro tipo de fonte e factor de stress “pode ser identificado com o excesso e sobrecarga de trabalho” (Gomes & Cruz, 2004, p.208) tendo sido relatado como fonte de mal-estar para 55% das mulheres e 45% dos homens. Exemplos disto são o excesso de envolvimento profissional e a preocupação que advém do mesmo, a acumulação de tarefas e funções e a falta de tempo para responder adequadamente a todos os desafios profissionais. Em quarto e último lugar, podemos encontrar a carreira profissional, “dizendo respeito às preocupações dos psicólogos quanto à falta de perspectivas de progressão” (Gomes & Cruz, 2004, p.208), salários baixos e a impossibilidade de realizar adequadamente as suas funções devido à falta de condições materiais.

Centenas de técnicos estão envolvidos, diariamente, no sistema de Protecção de Crianças e Jovens em Risco e respectivos processos em Portugal. A relação entre o tipo de trabalho desenvolvido por profissionais de áreas sociais e o *stress* profissional está amplamente estudado, contudo até à data não nos foi possível encontrar, em contexto português, estudos que relacionem *stress* profissional, *coping* e resiliência, num contexto tão específico quanto o sistema de protecção de crianças e jovens. As estratégias de *coping* e resiliência poderão ser bons predictores de *stress* profissional ou até funcionar como protectores do mesmo. Assume-se assim o carácter exploratório desta investigação, pretendo contribuir não só para os estudos de *stress* profissional mas também para acrescentar informação sobre o *coping* e a resiliência, assim como sugerir medidas preventivas para uma população que actua nos mais diversos contextos, em todo o território nacional. Se a estrutura de um país são os seus cidadãos, a família terá um papel de destaque natural. Deverá pois, na nossa perspectiva, receber uma ajuda institucional de qualidade. E o que são as instituições senão os técnicos que as compõem e todos os dias estão no terreno?

2. – Metodologia

2.1. O desenho da investigação

O nosso estudo¹ apresenta uma amostra global, de Norte a Sul do país, de profissionais de Psicologia, Serviço Social, Educação Social, Educação, Enfermagem Pediátrica, entre outras, constituída por ambos os sexos e cuja intervenção profissional seja no âmbito da Protecção de Crianças e Jovens em Risco. Caracteriza-se por ser um estudo quantitativo, transversal, com recurso a instrumentos de auto-relato, cuja amostra de conveniência, foi recolhida frequentemente pelo método “bola de neve”.

2.2. Questões Iniciais

Dada a complexidade da Investigação de Doutoramento e as diversas variáveis que se pretendia estudar, foram duas as questões iniciais que deram origem a este estudo, nomeadamente:

- 1) Qual será o funcionamento psicossocial dos técnicos que intervêm na Protecção de Crianças e Jovens em Risco?
- 2) Poderão o tempo de trabalho na área de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (TTCJR), o tempo de experiência total como técnico (TTT) e a formação específica na área de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (FECJR) influenciar o funcionamento psicossocial dos técnicos?

¹ Esta investigação enquadra-se no âmbito do Programa de Doutoramento Interuniversitário das Universidades de Coimbra e Lisboa em Psicologia Clínica: Psicologia da Família e Intervenção Familiar, intitulado “Boas práticas no sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em Portugal: contributos de famílias, profissionais e magistrados envolvidos no sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em risco.”, da Dra. Leonor Vilhena da Cunha.

2.2.1. Mapa conceptual

Abaixo encontra-se representado o mapa conceptual da nossa investigação. Nele estão representadas as variáveis e constructos em análise, assim como as relações entre as mesmas que esperamos avaliar.

As variáveis sócio-demográficas incluem a idade, o sexo, tempo de trabalho na área de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (TTCJR), tempo de experiência total como técnico (TTT), formação específica na área de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (FECJR) e distrito onde trabalha. O funcionamento psicossocial será avaliado através das estratégias de *coping*, da resiliência e do *stress* profissional. As setas representadas no mapa pretendem assinalar as relações a estudar.

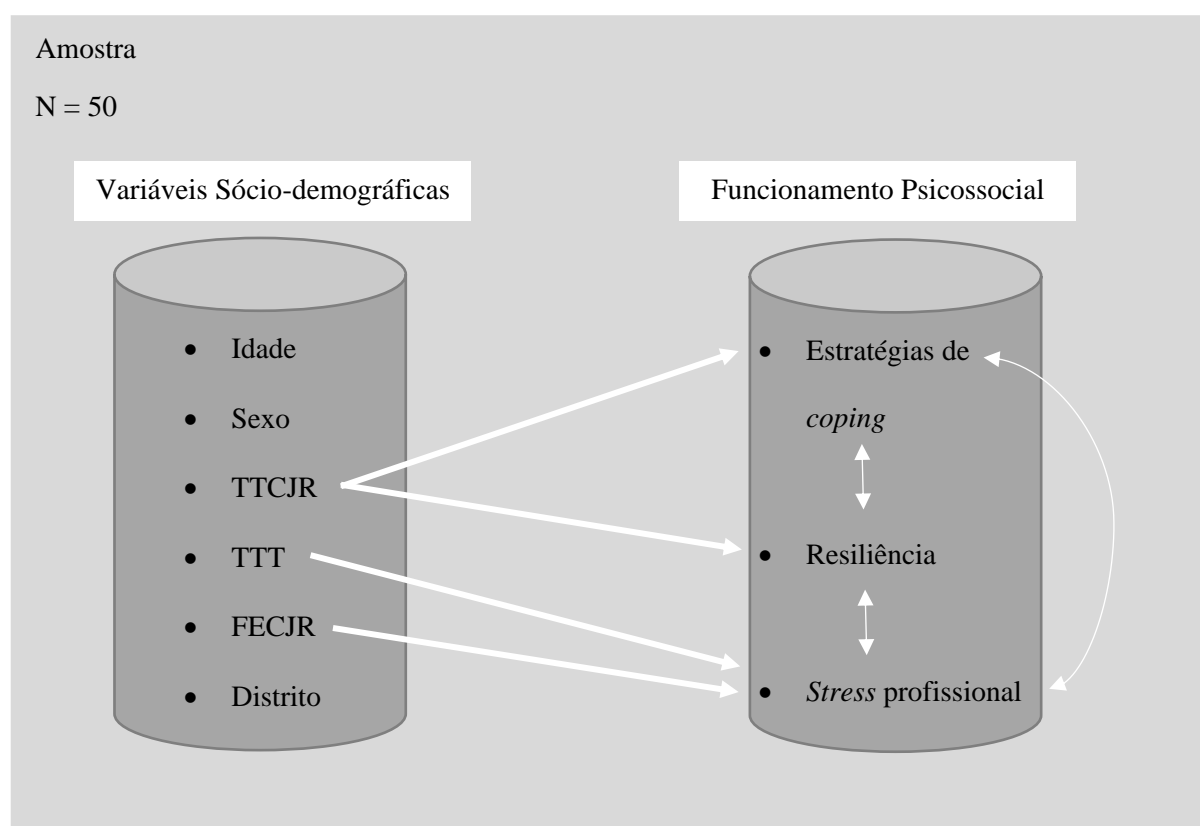


Figura 1 – Quadro de referência conceptual

2.3. Objectivos

Esta investigação apresenta, como objectivos gerais, 1.) a compreensão do funcionamento psicossocial dos técnicos que intervêm na Protecção de Crianças e Jovens em Risco; 2.) qual a relação entre algumas variáveis sócio-demográficas e o funcionamento psicossocial; 3.) quais as correlações existentes entre os três factores escolhidos para abordar o funcionamento psicossocial da nossa amostra.

2.4. Questões de investigação

Q1) Existirá relação entre o tempo de trabalho na área de Protecção de Crianças e Jovens em Risco e as estratégias de coping?

Q2) Poderemos encontrar correlação entre a resiliência e o tempo de trabalho na área de Protecção de Crianças e Jovens em Risco?

Q3) Haverá alguma relação entre o tempo de experiência total como técnico e o stress profissional?

Q4) Será possível estabelecer correlações significativas entre estratégias de coping, resiliência e stress profissional?

Q5) Poderá a formação específica na área de Protecção de Crianças e Jovens em Risco influenciar o stress profissional?

2.5. Estratégia metodológica

Para responder às questões de investigação e tendo em conta o carácter exploratório e transversal do estudo, recorreu-se à metodologia quantitativa, utilizando um questionário sócio-demográfico e instrumentos de auto-relato. Para esse propósito foram utilizados três questionários – o Brief-COPE (Carver, Scheier, & Weintraub, 1989; Carver, 1997; Pais Ribeiro & Rodrigues, 2004) para avaliarmos as estratégias de *coping* utilizadas; o CD-RISC (Connor

& Davidson, 2003; Faria-Anjos, Santos, Ribeiro & Moreira, 2019) avaliando a resiliência da amostra; e o Inventário sobre o *Stress* Profissional (Rafael, 2003; Spielberger & Vagg, 1999) cujo objectivo é o de definir a percepção sobre fontes de *stress* no trabalho.

2.5.1. Caracterização da amostra

A amostra é constituída por 50 participantes, com idades compreendidas entre os 23 e os 67 anos ($M = 41,58$ anos e $DP = 10,52$), dos quais 46 são do sexo feminino e 4 do sexo masculino. Dos 12 distritos considerados, a maior representatividade corresponde ao distrito de Lisboa (30%) e ao distrito de Aveiro (22%). O TTCJR varia entre um e 25 anos, o TTT varia entre dois e 40 anos e, no que concerne à FECJR, 40 responderam afirmativamente e 10 responderam negativamente (Quadro 1).

Quadro 1. Caracterização sócio-demográfica da amostra

	Medidas			
	Média	DP	Mínimo	Máximo
Idade	41,58	10,52	23	67
Faixa Etária			N	%
	23-34 anos		14	28
	35-41 anos		13	26
	42-48 anos		13	26
	49-67 anos		10	20
Sexo	Feminino		46	92
	Masculino		4	8
Distrito	Lisboa		15	30
	Porto		3	6
	V. Castelo		3	6
	Aveiro		11	22
	Portalegre		3	6
	Beja		4	8
	Leiria		3	6
	Évora		1	2
	Santarém		3	6
	Coimbra		1	2
	Setúbal		1	2

	Faro	2	4
TTCJR escalão			
	0-3 anos	15	30
	4-9 anos	13	26
	10-14 anos	10	20
	15-25 anos	12	24
TTT escalão			
	0-7 anos	13	26
	8-15 anos	13	26
	16-21 anos	15	30
	22-40 anos	9	18
FECJR			
	Sim	40	80
	Não	10	20

2.5.2. Instrumentos utilizados

Como já referido anteriormente foi aplicada uma bateria de testes, composta por três instrumentos, para além do questionário sócio-demográfico, os quais serão descritos seguidamente.

Questionário Sócio-demográfico

O questionário sócio-demográfico utilizado nesta investigação era composto por questões de resposta curta ou de escolha múltipla, permitindo recolher informação mais genéricas - idade, sexo e distrito; e informações mais específicas do tema em estudo - o tempo de trabalho na área de protecção de crianças e jovens em risco, o tempo de experiência como técnico (no total), a formação específica na área de protecção de crianças e jovens em risco e se sim, qual.

Brief COPE

Sendo que um dos construtos que esta investigação se propõe estudar é o *coping* e as suas estratégias, optámos por utilizar o questionário Brief COPE (Carver, 1997) na sua versão traduzida e adaptada para a população portuguesa (Pais Ribeiro & Rodrigues, 2004). O

questionário original desenvolvido com o propósito de operacionalizar o estudo do *coping* intitula-se COPE (Carver, Scheier & Weintraub, 1989), tendo sofrido variadas alterações estruturais ao longo dos anos e, tendo na sua versão final, 15 escalas e 60 itens. Contudo, dada a extensão e morosidade desse mesmo inventário, Carver criou em 1997 a sua versão reduzida – o Brief COPE.

O Brief COPE propõe-se responder à “necessidade de medidas que avaliem adequadamente qualidades psicológicas importantes de modo mais breve possível” (Carver, 1997a, citado por Pais Ribeiro e Rodrigues, 2004) e contém 28 itens distribuídos por 14 escalas – dois itens por escala. As escalas são: 1) *Coping* Activo, 2) Planear, 3) Utilizar suporte instrumental, 4) Utilizar suporte social emocional, 5) Religião, 6) Reinterpretação positiva, 7) Auto-culpabilização, 8) Aceitação, 9) Expressão de sentimentos, 10) Negação, 11) Auto-distração, 12) Desinvestimento comportamental, 13) Uso de substâncias, e 14) Humor. Os itens são redigidos em termos da acção que os participantes executam e a resposta é dada numa escala ordinal, com quatro alternativas de resposta (de “1” a “4”), respectivamente: 1 - Habitualmente não faço isto de todo; 2 - Habitualmente faço um pouco isto; 3 - Habitualmente faço isto moderadamente; 4 - Habitualmente faço muito isto (tradução Marques Pinto, 2006). A tradução utilizada permitiu-nos obter um formato retrospectivo, mais adequado a um *coping* traço. O resultado final é apresentado como um perfil, não existindo um somatório total das 14 escalas.

A consistência interna do instrumento para a nossa amostra foi avaliada e comparada com a sua versão original (Carver, 1997) e a versão validada para a população portuguesa (Pais Ribeiro & Rodrigues, 2004), como consta no Quadro 2.

Quadro 2. Consistência interna do Brief COPE (*alphas* de Cronbach das 14 escalas)

Escalas do Brief COPE	Carver	Pais Ribeiro & Rodrigues	Amostra Técnicos
	(1997)	(2004)	PCJR
1 – <i>Coping</i> Activo	0,68	0,65	*
2 – Planear	0,73	0,70	*
3 – Utilizar suporte instrumental	0,64	0,81	0,77
4 – Utilizar suporte social emocional	0,71	0,79	0,76
5 – Religião	0,82	0,80	0,83
6 – Reinterpretação positiva	0,64	0,74	0,53
7 – Auto-culpabilização	0,69	0,62	0,78
8 – Aceitação	0,57	0,55	*
9 – Expressão de sentimentos	0,50	0,84	0,63
10 – Negação	0,54	0,72	0,45
11 – Auto-distracção	0,71	0,67	0,57
12 – Desinvestimento comportamental	0,65	0,78	*
13 – Uso de substâncias	0,90	0,81	0,96
14 – Humor	0,73	0,83	0,70

**alphas* de Cronbach inferiores a 0,50 (mínimo aceitável no estudo de Carter, 1997)

CD-RISC

Propusemo-nos também a avaliar a resiliência dos participantes, utilizando para o efeito a escala de Resiliência de Connor-Davidson (CD-RISC) (Connor & Davidson, 2003), traduzida e adaptada para a população portuguesa por Faria-Anjos, Heitor dos Santos, Ribeiro e Moreira (2019). A CD-RISC é uma escala de auto-relato desenvolvida para quantificar a resiliência psicológica, assim como os efeitos clínicos do tratamento da ansiedade e da depressão. É composta por 25 itens avaliados numa escala de likert de 5 pontos (de “0 = não verdadeira” a

“4 = quase sempre verdadeira”), em que o participante deverá avaliar a sua concordância com a afirmação de cada item (por exemplo “Eu tento ver as coisas com humor quando me deparo com problemas”). A escala não apresenta resultados em categorias, sendo um somatório total dos itens, com uma pontuação final entre zero e 100. Quanto mais elevado o resultado, maior a resiliência do indivíduo (Connor & Davidson, 2003).

No estudo original de Connor e Davidson (2003) e através da análise factorial exploratória (AFE) compreende-se que a escala possui uma estrutura multifactorial. Assim encontram-se descritos cinco fatores: 1) a noção de competência pessoal, altos padrões e tenacidade; 2) confiar nos instintos, tolerância a efeitos negativos e efeitos reforçadores de *stress*; 3) aceitação positiva de mudanças e relacionamentos seguros; 4) controlo e 5) influências espirituais. Esta estrutura factorial e o número de factores que emergem da mesma não é estanque, existindo variações em estudos subsequentes, inclusive na versão portuguesa cuja estrutura multifactorial revelou apenas três dimensões representadas: 1) autoeficácia; 2) espiritualidade e 3) suporte social (Faria-Anjos et al., 2019). No que toca às suas propriedades psicométricas, a escala apresenta uma boa consistência interna, tanto na sua versão original (Connor & Davidson, 2003) como na versão traduzida e adaptada para português (Faria-Anjos et al., 2019). Comparativamente, a nossa amostra apresenta também ela uma consistência interna boa, muito próxima do estudo original (Quadro 3). Como já referido, na análise multifactorial efectuada na população portuguesa obtiveram-se três factores, cujos respectivos valores de *alpha* de Cronbach foram também eles comparados aos da nossa amostra (Quadro 4).

Quadro 3. Alpha de Cronbach total da CD-RISC

	Connor & Davidson (2003)	Amostra Técnicos PCJR
CD-RISC	0,89	0,88

Quadro 4. *Alphas* de Cronbach factorias da CD-RISC

	Faria-Anjos et al. (2019)		Amostra Técnicos PCJR
	Amostra RECT	Amostra HIAES	
Factor 1	0,82	0,76	0,79
Factor 2	0,71	0,67	0,75
Factor 3	0,53*	0,44*	0,18**

* Correlação para os dois itens, $p < 0,05$.

** Correlação para os dois itens, $p < 0,1$.

Inventário sobre o *Stress* Profissional

O Inventário sobre o *Stress* Profissional, corresponde à versão portuguesa do Job Stress Survey, desenvolvido por Spielberger e Vagg (1999) e foi desenvolvido como medida genérica do stress profissional. É um inventário de auto-relato, composto por 30 itens que descrevem eventos stressantes em contexto laboral e que o sujeito irá avaliar quanto à Severidade (intensidade percebida) e a Frequência da ocorrência dos mesmos. A primeira parte do inventário, referente à Severidade, apresenta “acontecimentos de trabalho stressantes”, como por exemplo “Supervisão inadequada ou pobre” ou “Colegas de trabalho pouco motivados”, que o sujeito terá de classificar quanto ao nível de stress associado a cada acontecimento, numa escala de um a 9 pontos (menos stressante a mais stressante, respectivamente). A segunda parte do inventário, tem como objectivo estimar a frequência com que esses mesmos “acontecimentos de trabalho stressantes” ocorreram. É por isso pedido ao sujeito que assinale, nos últimos seis meses, o número aproximado de dias que vivenciou esses acontecimentos, numa escala de zero (não ocorreu) a 9+ (ocorreu em 9 ou mais dias). Assim, iremos obter

informação útil através de três escalas: 1) Escala de Stress Profissional – Severidade (JS-S), que indica a média da intensidade percebida face aos acontecimentos stressantes descritos; 2) Escala de Stress Profissional – Frequência (JS-F), que indica a média sobre a frequência de ocorrência dos acontecimentos stressantes descritos; e por último 3) Escala de Stress Profissional – Índice (JS-X), que indica o nível geral de Stress Profissional experienciado por um indivíduo no seu contexto de trabalho, tendo em conta os resultados obtidos quanto à severidade e frequência dos acontecimentos stressantes (Spielberger & Vagg, 1999). O Inventário conta ainda com seis subescalas, das quais iremos considerar apenas quatro, nomeadamente: Pressão do trabalho – Severidade (JP-S), Pressão do trabalho – Frequência (JP-F), Falta de suporte organizacional – Severidade (LS-S) e Falta de suporte organizacional – Frequência (LS-F).

A versão portuguesa do Inventário sobre o *Stress* Profissional foi traduzida e adaptada por Alfredo Couto sob coordenação de J. Ferreira Marques, tendo sido efectuado um estudo piloto com uma amostra de 63 adultos trabalhadores, por Rafael, em 2001 (Rafael, 2003). Após esse estudo piloto foi efectuado novo estudo, com uma amostra alargada (N=451) de dois grupos profissionais relativamente homogéneos – bancários e professores dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário – e um terceiro grupo designado por “outros”, no qual estavam incluídas várias actividades profissionais.

O estudo das características metrológicas da nossa amostra, quando comparado com os estudos norte-americanos e a versão adaptada à população portuguesa (2003), revela uma forte consistência interna (Quadro 4).

Quadro 4. Alphas de Cronbach do Inventário sobre o Stress Profissional

	Estudos Norte-americanos			Rafael (2003)	Amostra Técnicos PCJR
	Gestores e técnicos superiores	Administrativos e técnicos especializados	Militares		
JS-S	0,89	0,93	0,82	0,88	0,91
JS-F	0,89	0,93	0,86	0,90	0,95
JS-X	0,87	0,93	0,84	0,89	0,95
JP-S	0,84	0,87	0,80	0,80	0,85
JP-F	0,84	0,86	0,75	0,83	0,92
LS-S	0,84	0,87	0,73	0,78	0,83
LS-F	0,81	0,83	0,79	0,83	0,90

2.5.3. Procedimentos de Recolha de Dados

O presente estudo fez parte de uma investigação de âmbito mais lato em que várias dimensões e amostras foram exploradas. Os dados aqui apresentados foram recolhidos entre Maio e Agosto de 2019. Trata-se de uma amostra de conveniência recolhida pelo método “bola de neve”. A aplicação dos instrumentos foi realizada por autoaplicação, via internet utilizando a ferramenta *Google Forms*, constando no mesmo documento o consentimento informado. Aí os participantes encontravam informação acerca dos objetivos da investigação, da confidencialidade e anonimato no tratamento dos dados, da possibilidade de abandonar a participação na investigação, a qualquer momento, caso o desejassem e, na eventualidade de alguma dúvida, que estaria assegurada a disponibilidade para esclarecimentos por parte do investigador (Anexo A).

2.5.4. Procedimentos de Tratamento e Análise de Dados

No presente estudo, os dados provenientes do questionário sócio-demográfico e da bateria de testes foram tratados estatisticamente através do *IBM Software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS, versão 25).

A nossa análise iniciou-se pela estatística descritiva, com o intuito de caracterizar a amostra relativamente às variáveis de funcionamento psicossocial: estratégias de *coping*, resiliência e *stress* profissional, utilizando para isso as médias, medianas, desvio-padrão, valores mínimo e máximo. De seguida realizou-se o teste *Kolmogorov-Smirnov* ($n > 30$) para analisar a normalidade da distribuição (Pallant, 2007) das variáveis em estudo: sócio-demográficas e de funcionamento psicossocial. Posteriormente procedemos à análise das correlações das variáveis em estudo, consoante a normalidade das mesmas, recorrendo aos coeficientes de correlação de *Spearman* ou *Pearson*. Por último, executámos um teste *t* para duas amostras independentes, para podermos comparar a influência da FECJR no *stress* profissional.

3. - Resultados

Neste capítulo apresentam-se os resultados que pretendem dar resposta aos objectivos e questões de investigação.

3.1. Caracterização da amostra relativamente às variáveis de funcionamento psicossocial

Estratégias de *coping*

Quadro 5. Estatística descritiva do Brief COPE (estratégias de *coping* – 14 escalas)

Escalas do Brief COPE	N	Média	Mediana	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
<i>Coping</i> Activo	50	6,92	7,00	1,08	3,00	8,00
Planear	50	6,92	7,00	0,97	4,00	8,00
Utilizar suporte instrumental	50	6,16	6,00	1,50	2,00	8,00
Utilizar suporte social emocional	50	4,82	5,00	1,56	2,00	8,00
Religião	50	3,50	3,00	1,76	2,00	8,00
Reinterpretação positiva	50	6,28	7,00	1,18	4,00	8,00
Auto-culpabilização	50	3,86	3,00	1,60	2,00	8,00
Aceitação	50	5,92	6,00	0,97	4,00	7,00
Expressão de sentimentos	50	5,06	5,00	1,77	2,00	8,00
Negação	50	2,70	2,50	0,89	2,00	6,00
Auto-distracção	50	4,26	4,00	1,59	2,00	8,00
Desinvestimento comportamental	50	2,76	2,00	1,12	2,00	5,00
Uso de substâncias	50	2,18	2,00	0,69	2,00	6,00
Humor	50	3,94	4,00	1,72	2,00	8,00

Os resultados apresentam pontuações médias bastante diversificadas nas 14 escalas do instrumento. Como estratégias de *coping* mais utilizadas encontramos o *coping* activo (M=6,92), o planear (M=6,92) e a reinterpretação positiva (M=6,28). As estratégias menos

utilizadas ou seja, as que apresentam médias mais baixas, são o desinvestimento comportamental (M=2,76), a negação (M=2,70) e o uso de substâncias (M=2,18).

Resiliência

Quadro 6. Estatística descritiva da CD-RISC

	N	Média	Mediana	Desvio- padrão	Mínimo	Máximo
CD-RISC	50	71,26	71,50	11,31	40,00	92,00

A escala CD-RISC apresenta um sistema de cotação que basicamente se traduz num somatório das pontuações, podendo variar entre zero e 100. Quanto maior a pontuação, maior a resiliência. Assim sendo, verificamos que na nossa amostra a média da resiliência é alta (M=71,26), apresentando alguma variabilidade (DP=11,31) com resultados entre 40 e 92.

Stress Profissional

Quadro 7. Estatística descritiva do Inventário sobre o Stress Profissional (Severidade, Frequência e Índice – 3 escalas)

Escalas do Inventário sobre Stress Profissional	N	Média	Mediana	Desvio- padrão	Mínimo	Máximo
JS-Severidade (JS-S)	50	4,90	4,80	1,07	2,77	7,57
JS-Frequência (JS-F)	50	4,11	4,08	1,89	0,50	8,47
JS-Índice (JS-X)	50	22,32	21,23	13,38	2,20	60,93
JP-Severidade (JP-S)	50	4,64	4,50	1,29	2,50	7,70
JP-Frequência (JP-F)	50	4,78	4,80	2,16	0,40	8,90
LS-Severidade (LS-S)	50	5,25	5,15	1,25	2,60	7,50
LS-Frequência (LS-F)	50	3,79	3,25	2,22	0,20	9,00

Com base nos resultados obtidos, verifica-se que a média da intensidade percebida (JS-S) é considerável ($M=4,90$), apresentando uma variação entre 2,77 e 7,57 (sendo que a escala permite avaliar entre 1 – baixo e 9 – alto). No que toca à frequência de ocorrência dos acontecimentos stressantes (JS-F), podendo esta variar até 9+ (evento que ocorreu em 9 ou mais dias), observamos que, em média, acontecimentos stressantes ocorreram aproximadamente em quatro dias ($M=4,11$) nos últimos seis meses. Por último, a média do nível geral de *stress* profissional (JS-X) é baixa ($M=22,32$), dada a variabilidade da amostra ($DP=13,38$), com resultados entre 2,20 e 60,93.

Quando analisamos as subescalas Pressão do trabalho, quanto a sua severidade (JP-S) e frequência (JP-F) obtivemos valores consideráveis em ambas (JP-S: $M=4,64$; JP-F: $M=4,78$), dado que os resultados podem variar entre 1,00 e 9,00. Nas subescalas Falta de suporte organizacional, os valores de severidade (LS-S) e frequência (LS-F) deverão estar entre 0,00 e 9,00. Na nossa amostra a média é mais alta na subescala Falta de suporte organizacional - Severidade ($M=5,25$) do que na subescala Falta de suporte organizacional - Frequência ($M=3,79$).

3.2. Análise da normalidade das variáveis²

A normalidade da amostra irá influenciar directamente a nossa escolha no tipo de testes a utilizar – paramétricos ou não-paramétricos. Para verificar essa normalidade, recorreremos ao teste de *Kolmogorov-Smirnov* recomendado para a dimensão da nossa amostra.

As variáveis que apresentam uma distribuição normal ($p > 0,05$) na nossa amostra são: a idade, o tempo total de trabalho como técnico, a resiliência, a severidade (intensidade percebida) do *stress* profissional, a frequência do *stress* profissional, as subescalas Pressão do trabalho-Severidade e Pressão do trabalho-Frequência

² Ver *Output 1* – Anexo B

3.3. Correlações entre as variáveis em estudo

A nossa investigação, dado o seu carácter exploratório e transversal, pretende responder às questões de investigação recorrendo à análise das relações entre determinadas variáveis. Para isso foi necessário recorrer a testes estatísticos que considerassem as variáveis com distribuição não normal – recorrendo às correlações de *Spearman*.

3.3.1. Correlações entre as variáveis em estudo: sócio-demográficas e de funcionamento psicossocial³

Através de uma correlação de *Spearman*, por termos que considerar variáveis com distribuição não normal, correlacionámos as variáveis sócio-demográficas (idade, sexo, TTCJR, TTT e FECJR) com as variáveis de funcionamento psicossocial (estratégias de *coping*, resiliência e *stress* profissional). Isto permitiu percebermos que relações existem entre as mesmas, caso existam (Quadro 8).

Quadro 8. Correlações de *Spearman* entre as variáveis sócio-demográficas e as variáveis de funcionamento psicossocial

³ Ver *Output 2* – Anexo B

	Idade	Sexo	TTCJR	TTT	FECJR
<i>Coping</i> Activo	,174	,086	-,090	,065	,217
Planear	,079	,100	-,052	-,018	,237
Utilizar suporte instrumental	-,117	,233	-,061	-,018	,065
Utilizar suporte social emocional	-,080	,162	,153	,008	,195
Religião	-,254	,094	-,238	-,389**	-,054
Reinterpretação positiva	-,093	,109	-,035	-,118	,090
Auto-culpabilização	,062	,126	,116	-,099	-,055
Aceitação	-,200	,099	-,262	-,300*	,145
Expressão de sentimentos	,034	-,029	,230	,070	,009
Negação	,100	,146	,042	-,083	,023
Auto-distracção	-,220	-,071	-,081	-,234	,122
Desinvestimento comportamental	,103	-,215	,083	-,032	,073
Uso de substâncias	-,084	,185	-,152	-,125	-,232
Humor	,129	,141	,253	,173	-,210
CD-RISC	,022	,095	-,123	-,064	,085
JS-S	-,026	-,079	,036	-,133	,014
JS-F	,090	-,056	,251	,167	,076
JS-X	,071	-,026	,190	,095	,113
JP-S	-,027	-,128	,065	-,128	-,012
JP-F	,044	,013	,120	,074	,010
LS-S	-,049	-,046	,061	-,127	,045
LS-F	,080	-,051	,233	,183	,132

Nota: *p<,05 ; **p<,01

No Quadro 8 verificamos que existem correlações significativas e negativas, nomeadamente entre variável tempo de experiência total como técnico (TTT) e a estratégia de *coping* religião ($r=-,389$; $p<,01$) e a estratégia de *coping* aceitação ($r=-,300$; $p<,05$).

3.3.2. Correlações entre as variáveis de funcionamento psicossocial⁴

O funcionamento psicossocial da nossa amostra foi definido através de três variáveis: estratégias de *coping*, resiliência e *stress* profissional. Na análise seguinte pretendemos verificar se existem correlações entre estas três variáveis e de que forma se manifestam nos participantes.

Quadro 9. Correlações de *Spearman* entre estratégias de *coping*, resiliência e *stress* profissional

	CD- RISC	JS-S	JS-F	JS-X	JP-S	JP-F	LS-S	LS-F
<i>Coping</i> Activo	,299*	,106	,088	,108	,098	,152	,130	,043
Planear	,157	,190	,095	,162	,191	,079	,110	,124
Utilizar suporte instrumental	,014	,106	,226	,251	,046	,164	,173	,262
Utilizar suporte social emocional	,017	,264	,304*	,321*	,189	,224	,368**	,263
Religião	,099	,393**	,104	,211	,375**	,070	,272	,134
Reinterpretação positiva	,326*	,067	,118	,071	-,135	,189	,221	,097
Auto-culpabilização	-,137	,424**	,222	,332*	,473**	,241	,264	,170
Aceitação	,428**	,195	-,023	,019	,041	,175	,199	-,083
Expressão de sentimentos	,239	,334*	,380**	,359*	,297*	,351*	,319*	,295*
Negação	-,089	,158	-,022	,038	,347*	-,087	-,049	-,015
Auto-distracção	,283*	,110	-,079	-,045	,115	-,066	,064	-,069
Desinvestimento comportamental	,103	,452**	,213	,281*	,360*	,151	,430**	,255
Uso de substâncias	,065	,046	-,181	-,120	,093	-,161	-,110	-,139
Humor	,028	,228	,182	,208	,173	,168	,138	,167

Nota: *p<,05 ; **p<,01

⁴ Ver *Output 3 e 4* – Anexo B

Quadro 10. Correlações de *Spearman* entre resiliência e *stress* profissional

	CD-RISC
JS-S	-,039
JS-F	,014
JS-X	-,053
JP-S	-,315*
JP-F	,069
LS-S	,150
LS-F	-,081

Nota: * $p < ,05$

No Quadro 9 encontramos diversas relações entre as variáveis de funcionamento psicossocial, positivas e significativas. A resiliência (CD-RISC) correlaciona-se de forma mais significativa e positiva com a estratégia de *coping* aceitação ($r = ,428$; $p < ,01$) mas também com as estratégias de *coping* de reinterpretação positiva ($r = ,326$; $p < ,05$), de *coping* activo ($r = ,299$; $p < ,05$) e de auto-distracção ($r = ,283$; $p < ,05$).

Já as variáveis do Inventário sobre o *Stress* Profissional relacionam-se com outras estratégias de *coping*, mas sempre com correlações positivas e significativas. A severidade (JS-S) apresenta correlações moderadas com as estratégias de *coping* desinvestimento comportamental ($r = ,452$; $p < ,01$), auto-culpabilização ($r = ,424$; $p < ,01$), religião ($r = ,393$; $p < ,01$) e expressão de sentimentos ($r = ,334$; $p < ,05$). Na análise das correlações entre a frequência do *stress* profissional (JS-F) e as estratégias de *coping* encontramos duas relações significativas, nomeadamente com a expressão de sentimentos ($r = ,380$; $p < ,01$) e com a utilização de suporte social emocional ($r = ,304$; $p < ,05$). Finalmente o nível geral de *stress* profissional (JS-X) apresenta uma correlação moderada com a estratégia de *coping* expressão de sentimentos ($r = ,359$; $p < ,05$), com a auto-culpabilização ($r = ,332$; $p < ,05$), com a utilização de suporte social emocional ($r = ,321$; $p < ,05$) e com desinvestimento comportamental ($r = ,281$; $p < ,05$).

Nas subescalas encontramos também correlações positivas e significativas, com diversas estratégias de *coping*. A subescala Pressão do trabalho-Severidade (JP-S) apresenta relações com a auto-culpabilização ($r=,473$; $p<,01$), com a religião ($r=,375$; $p<,01$), com o desinvestimento comportamental ($r=,360$; $p<,05$), com a negação ($r=,347$; $p<,05$) e com a expressão de sentimentos ($r=,297$; $p<,05$). Por sua vez, a subescala Pressão do trabalho-Frequência (JP-F) apresenta apenas uma correlação positiva, com a estratégia de *coping* expressão de sentimentos ($r=,351$; $p<,05$). A subescala Falta de suporte organizacional – Severidade (LS-S) revela três correlações positivas com as estratégias de desinvestimento comportamental ($r=,430$; $p<,01$), de utilização de suporte social emocional ($r=,368$; $p<,01$) e de expressão de sentimentos ($r=,319$; $p<,05$). Por fim, a subescala Falta de suporte organizacional – Frequência tem também relação com a estratégia de *coping* expressão de sentimentos ($r=,295$; $p<,05$).

O Quadro 10 demonstra a existência de apenas uma correlação significativa entre a resiliência (CD-RISC) e o *stress* profissional (Inventários sobre o *Stress* Profissional), especificamente com subescala Pressão do trabalho-Severidade (JP-S) ($r=-,315$; $p<,05$).

3.4. Teste *t* para duas amostras independentes⁵

Uma das nossas questões de investigação mencionava a possibilidade da FECJR influenciar o *stress* profissional, nas três subescalas que nos propusemos estudar. Para isso, executamos um teste *t* tendo em consideração as respostas “sim” e “não” à questão “Tem formação específica na área da proteção de crianças e jovens em risco?”.

Na nossa amostra verificou-se a existência de igualdade de variâncias ($p>,05$) para as três subescalas: JS-S, JS-F e JS-X. O teste *t* independente mostrou que, em média, os sujeitos com FECJR apresentam maior percepção sobre as fontes de *stress* no seu trabalho

⁵ Ver *Output 5* – Anexo B

($t(48)=,425$; $p>,05$), reportam acontecimentos de trabalho *stressantes* com maior frequência ($t(48)=,749$; $p>,05$) e têm um nível de *stress* profissional maior ($t(48)=,950$; $p>,05$).

4. – Discussão de resultados

Neste capítulo são discutidos os resultados obtidos na presente investigação e descritos no capítulo anterior. Serão também interpretados de acordo com os objectivos e questões de investigação, descritos no capítulo 2, e articulados com a fundamentação teórica, sempre que possível.

Funcionamento psicossocial dos técnicos no Sistema de Protecção de Crianças e Jovens

- Estratégias de *coping*

Os resultados obtidos através do Brief COPE permitem-nos perceber algumas estratégias predominantes nesta amostra, nomeadamente o *coping* activo, o planear e a reinterpretação positiva. As médias das estratégias *coping* activo e planear são inclusive iguais o que, tendo em conta a definição das escalas, é suportado pela literatura. O *coping* activo é definido por “iniciar uma acção ou fazer esforços, para remover ou circunscrever o stressor” e o planear envolve “pensar sobre o modo de se confrontar o stressor, planear os esforços de coping activos” (Pais Ribeiro & Rodrigues, 2004). Usando uma fará sentido usar a outra. Estudos com assistentes sociais australianos (Kalliath & Kalliath, 2014) referem que uma das estratégias de *coping* mais usadas é a gestão de tempo (“time management”) que tem uma definição muito semelhante à estratégia “planear”, sendo referida pelos participantes como um método eficaz para lidar com *stressores*, em contexto laboral e familiar. Outra estratégia de *coping* referida no mesmo estudo é a reformulação cognitiva (“cognitive reframing”) que é também ela muito semelhante à estratégia de reinterpretação positiva referida por Carver et al. (1989). A reinterpretação positiva é definida como “fazer o melhor da situação crescendo a partir dela, ou vendo-a de um modo mais favorável”, o que nos permite inferir que tanto esta

como as outras estratégias de *coping* serão utilizadas pelos sujeitos no seu dia-a-dia e não apenas no contexto laboral. De acordo com Carver et al. (1989, citado por Pais Ribeiro & Rodrigues, 2004) será isto o estilo de *coping* ou *coping* natural, apresentando-se constante através do tempo e situações, como traço (e não como processo).

· Resiliência

A CD-RISC e os seus resultados permitem-nos inferir que quanto mais elevado o resultado, maior a resiliência do indivíduo (Connor & Davidson, 2003). Na nossa amostra verifica-se uma elevada capacidade de resiliência, com um resultado máximo de 92 pontos, sendo que a média apresentada era de 71,26 pontos. De ressaltar ainda que, na nossa amostra, a consistência interna do factor 3) suporte social, estava abaixo dos valores obtidos para a população portuguesa, por Faria-Anjos et al. (2019). A literatura diz-nos que a resiliência pode ser promovida de diversas formas (Kolar, von Treuer e Koh, 2016), sendo a mais comum, o *coping*. É também por isso que alguns autores consideram a resiliência uma estratégia de *coping*. Na nossa investigação optamos por estudá-las de forma individual e, mais à frente, poderemos analisar a relação entre as mesmas.

· Stress Profissional

O Inventário sobre *Stress* Profissional permitiu-nos obter resultados sobre o nível geral de *stress* profissional, que na nossa amostra se revela baixo (22,32) tendo em conta que apresenta um valor máximo de 60,93. Os itens deste inventário descrevem um conjunto de fontes de *stress* que são comuns a trabalhadores de vários contextos laborais (Spielberg & Reheiser, 1994a citado por Rafael, 2003) e verifica-se que tanto a severidade como a frequência de eventos *stressores* é considerável. Permite-nos isto inferir que os técnicos demonstram níveis de *stress* associados a acontecimentos diretamente relacionados com o trabalho, o que é também suportado pelos resultados das subescalas Pressão do trabalho – severidade e

frequência. Um estudo realizado com psicólogos portugueses (Gomes & Cruz, 2004) concluiu que 30% dos psicólogos experiencia níveis de *stress* elevados derivados da actividade profissional. Nesse mesmo estudo, 55% dos sujeitos do sexo feminino e 45% dos sujeitos do sexo masculino relataram dificuldades devido a “sobrecarga ou excesso de trabalho”. Outro estudo, realizado apenas com psicólogos algarvios (Almeida, 2012) reforça esta ideia com aproximadamente um terço da amostra a referir níveis elevados de *stress* e outro terço a reportar níveis médios. Estes resultados, à semelhança dos nossos, demonstram que apesar de, no geral, o *stress* não ser transversal às amostras, é um factor a ter em consideração aquando da satisfação profissional.

Relação entre as variáveis em estudo

- Relação entre variáveis sócio-demográficas e funcionamento psicossocial

Na nossa amostra, a única variável sócio-demográfica que apresentou relação com variáveis do funcionamento psicossocial foi a variável tempo de experiência total como técnico (TTT). Correlacionou-se negativa e significativamente com a estratégia de *coping* religião e a estratégia de *coping* aceitação. Podemos por isso depreender que quanto mais anos de experiência profissional um técnico tem, menos recorre a estas duas estratégias de *coping*. Os itens para ambas as estratégias apresentam semelhanças – “tento encontrar conforto na minha religião ou crença espiritual” / “tento aceitar as coisas tal como estão a acontecer” – e é possível que seja essa similitude a explicação para ambas estarem correlacionadas com o tempo de experiência. Infelizmente não dispomos na nossa revisão de literatura de estudos longitudinais que expliquem esta correlação negativa.

A investigação efectuada na área do Serviço Social e da Psicologia com os seus técnicos, sugeria que a profissão teria influência nas estratégias de *coping* utilizadas, assim como na capacidade de ser resiliente. Contudo não encontrámos referência ao factor “tempo

de trabalho” nos estudos abordados, daí as duas primeiras questões de investigação elaboradas no decorrer da nossa investigação. Analisando os resultados e verificamos que não existem correlações entre a variável “tempo de trabalho na área de Protecção de Crianças e Jovens em Risco” e as escalas do Brief COPE ou a CD-RISC. Permite-nos isto inferir que nesta amostra não existe qualquer influência entre o tempo de trabalho na área e estas duas variáveis de funcionamento psicossocial.

A terceira questão de investigação pretendia confirmar ou rejeitar a existência de relação entre o tempo de experiência total como técnico e o stress profissional. Não se observaram correlações significativas, sendo por isso possível afirmar que, nos participantes desta investigação, as duas variáveis não se encontram relacionadas.

A quinta e última questão de investigação pretendia verificar a influência da formação específica na área de Protecção de Crianças e Jovens em Risco no *stress* profissional. Os resultados demonstram que sujeitos que têm formação específica, têm maior percepção sobre os *stressores*, a sua frequência e revelam um nível de *stress* profissional superior aos sujeitos sem formação específica. Martins (2005) refere que o sector da protecção social de crianças e jovens é um sector desvalorizado e deprimido, à imagem do insucesso de vida dos seus utentes. Estas representações que os profissionais assumem e reproduzem podem ser parte da explicação para o resultado obtido, nesta análise. Quanto maior o conhecimento do sistema (i.e. formação específica na área), maior a percepção de acontecimentos *stressantes* e maior *stress* profissional no geral.

· Relação entre as variáveis de funcionamento psicossocial

Perante os resultados obtidos, podemos afirmar que é possível estabelecer correlações significativas entre as variáveis escolhidas para definir o funcionamento psicossocial – o que remete para a nossa terceira questão de investigação. Entre si, as estratégias de *coping*

correlacionam-se positiva e significativamente com a resiliência e com o *stress* profissional. Entre a resiliência e o *stress* profissional foi possível observar uma correlação negativa, na subescala Pressão no trabalho - Severidade.

Na nossa amostra a resiliência tem uma relação positiva com as estratégias de *coping* aceitação e reinterpretação positiva, cujas definições segundo Pais Ribeiro e Rodrigues (2004) são, respectivamente, “aceitar o facto que o evento stressante ocorreu e é real” e “fazer o melhor da situação crescendo a partir dela, ou vendo-a de um modo mais favorável”. Ambas as estratégias revelam semelhanças com a flexibilidade adaptativa (Bonanno & Westphal, 2007), propriedade de se ser resiliente. Por último, Truter e Fouché (2015) referem que os assistentes sociais que se adaptam positivamente às adversidades que enfrentam podem ser considerados resilientes, o que na nossa investigação é corroborado pela correlação entre resiliência e *coping* activo.

A severidade do *stress* profissional apresentou uma relação significativa com a estratégia de *coping* expressão de sentimentos e a frequência dos *stressores* correlacionou-se com a estratégia de utilização de suporte social emocional, assim como a expressão de sentimentos. De referir que todas as escalas e subescalas de *stress* profissional apresentaram correlações positivas com a estratégia de expressão de sentimentos. Estes dados vão ao encontro do já explanado na revisão de literatura, pois um dos resultados de Kalliath e Kalliath (2014) indicava o suporte social, a comunicação oportuna e a definição clara de expectativas, como estratégias de *coping* utilizadas para lidar com as pressões laborais. Encontramos ainda neste estudo a referência ao suporte social como ferramenta para lidar com o *stress* profissional o que, na nossa amostra, fica claro na relação entre a estratégia de *coping* “utilizar suporte social emocional” e a subescala falta de suporte organizacional. A intensidade percebida deste *stressor* leva a que os sujeitos procurem apoio nos seus familiares e amigos para uma gestão mais positiva do mesmo.

Outro resultado fundamentado pela literatura é o uso de estratégias de *coping* como a negação, o desinvestimento comportamental e a auto-culpabilização, perante eventos *stressores* severos, mais especificamente *stress* derivado de pressão no trabalho. Almeida (2012) refere que as estratégias de evitamento são as segundas mais utilizadas pelos psicólogos algavios, quando confrontados com eventos *stressantes*. Os participantes no nosso estudo revelam estratégias de evitamento sempre que a pressão no trabalho é mais severa e/ou existe falta de suporte organizacional. Refere ainda que em primeiro lugar se encontram estratégias de controlo que, na nossa amostra, se verifica perante a relação significativa entre a severidade do *stress* e a estratégia de *coping* religião, e a relação entre a severidade da pressão no trabalho e a religião.

Por último, a nossa amostra revela uma relação negativa entre a resiliência e a severidade da pressão no trabalho. Um estudo recente (Cooke, Wang e Bartram, 2019) concluiu que uma liderança solidária e o apoio dos colegas são factores que potenciam a resiliência dos trabalhadores, em ambientes laborais de pressão elevada. Uma possível explicação para a nossa amostra apresentar resultados contraditórios poderá encontrar-se na ausência de correlações positivas entre estratégias de *coping* como a utilização de suporte instrumental e a própria resiliência. Os nossos participantes demonstram também que quanto mais severa é a percepção de falta de suporte organizacional, maior a necessidade de recorrer a suporte social emocional, podendo isto explicar também a correlação negativa entre a capacidade de ser resiliente e a pressão laboral.

Conclusão

Pretende-se abordar nesta parte final alguns resultados mais pertinentes, em jeito de conclusões gerais, assim como as limitações, pistas para investigações futuras e contribuições ou implicações práticas do nosso estudo.

· Conclusões gerais

Em Portugal, os estudos na área de Protecção de Crianças e Jovens em Risco focam-se maioritariamente nas problemáticas dos utentes e na avaliação das instituições. A nossa investigação abriu portas para olharmos os outros intervenientes: os técnicos. Sabendo à partida que a área social apresenta desafios muito próprios, podemos constatar que os técnicos se encontram munidos de diversas estratégias de *coping* para lidar com os reptos diários e revelam níveis positivos de resiliência, apesar do *stress* que advém da sua profissão.

O tempo de trabalho na área e a experiência profissional dos técnicos não revelaram serem factores importantes no seu funcionamento psicossocial, ao contrário da formação específica, que leva os técnicos a estarem mais cientes das fontes e severidade do *stress*.

· Limitações

Dada a caracterização da nossa amostra, uma das limitações encontradas foi a percentagem de sujeitos do sexo masculino comparativamente a participantes do sexo feminino. Não nos foi possível elaborar hipóteses que considerassem diferenças de género dada a disparidade numérica entre sexos. Outra limitação será a profissão. Na nossa investigação optámos por estudar os técnicos no sistema de protecção de crianças e jovens como uma população mas é possível que existam diferenças significativas entre algumas das profissões intervenientes na área – assistentes sociais, psicólogos, educadores, etc. Por último e apesar de

contarmos com a participação de técnicos de 12 distritos portugueses, o número de sujeitos por distrito não se pode considerar representativo, sendo por isso difícil efectuar uma comparação por região/distrito. Com uma amostra maior e mais representativa de cada distrito talvez obtivéssemos resultados mais claros, que nos permitissem sugerir melhorias para o sistema.

- Pistas para investigação futura

A escala utilizada para avaliar a resiliência não revelou correlações significativas com o inventário de *stress* profissional. Contudo o mesmo inventário demonstrou diversas e significativas relações com as estratégias de *coping*. Esta ausência de resultados significativos entre *stress* e resiliência leva-nos a considerar que, em investigações futuras, seria importante utilizar outro instrumento, mais adequado à área de intervenção social, para avaliar a correlação entre *stress* e resiliência. Como já referido nas limitações, a investigação futura beneficiaria com amostras profissionais definidas, podendo assim fornecer um panorama mais claro em relação aos profissionais portugueses da área social, por exemplo.

- Contribuições ou implicações práticas

Considerando que na nossa amostra a Formação Específica na área de Protecção de Crianças e Jovens em Risco influencia o *stress* profissional, seria positivo integrar na formação destes técnicos estratégias para lidar com o *stress* e não apenas a capacidade de o reconhecer e reportar. O nosso estudo poderá também ser um ponto de partida para uma melhor percepção de quais as pressões no trabalho que estes técnicos enfrentam, assim como as falhas organizacionais que levam à falta de suporte reportada.

Referências Bibliográficas

- Almeida, M. (2012). Stress, Burnout and Coping: Um estudo realizado com Psicólogos Algarvios. *Faces Journal*, 11(2), 131-155.
- Bonanno, G.A. (2004). Loss, trauma and human resilience: have we underestimated the human capacity to thrive after extremely aversive events? *Psychological Trauma*, 59(1), 101-113.
- Bonanno, G.A. & Westphal, M. (2007). Posttraumatic growth and resilience to trauma: different sides of the same coin or different coins? *Applied Psychology*, 56(3), 417-427.
- Carver, C., Scheier, M., & Weintraub, J. (1989). Assessing Coping Strategies: A Theoretically Based Approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56(2), 267-283.
- Carver, C. (1997). You Want to Measure Coping But Your Protocol's Too Long: Consider the Brief COPE. *International Journal of Behavioral Medicine*, 4(1), 92-100.
- Connor, K. & Davidson, J. (2003). Development of a new resilience scale: The Connor-Davidson Resilience Scale (CD-RISC). *Depression and Anxiety*, 18, 76-82.
- Cooke, F., Wang, J., & Bartram, T. (2019). Can a Supportive Workplace Impact Employee Resilience in a High Pressure Performance Environment? An Investigation of the Chinese Banking Industry. *APPLIED PSYCHOLOGY: AN INTERNATIONAL REVIEW*, 68(4), 695–718.
- Faria Anjos, J., Heitor dos Santos, M.J., Ribeiro, M.T., & Moreira, S. (2019). Connor-Davidson Resilience Scale: validation study in a Portuguese sample. *BMJ Open* 2019;9:e026836. doi:10.1136/bmjopen-2018-026836
- Gomes, A.R., & Cruz, J. (2004). A Experiência de Stress e “Burnout” em Psicólogos Portugueses: um estudo sobre as diferenças de género. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 193-212.
- Hahn, K., & Carlotto, M. (2008). Síndrome de Burnout em monitores de uma fundação de proteção especial. *Revista Diversitas – Perspectivas en Psicología*, 4(1), 53-62.
- Kalliath, P., & Kalliath, T. (2014). Work-Family Conflict: Coping Strategies Adopted by Social Workers. *Journal of Social Work Practice*, 28, 111-126.

- Kolar, C., von Treuer, K., & Koh, C. (2016). Resilience in Early-Career Psychologists: Investigating Challenges, Strategies, Facilitators, and the Training Pathway. *Australian Psychologist*, 52, 198-208.
- Lazarus, R., & Folkman, S. (1984). *Stress, appraisal and coping*. New York: Springer.
- Martins, P. (2005, Maio). *A Qualidade dos Serviços de Protecção às Crianças e Jovens – As Respostas Institucionais*. Intervenção realizada no VI ENCONTRO CIDADE SOLIDÁRIA: *Crianças em risco: será possível converter o risco em oportunidade?*, Lisboa, Portugal.
- Mouquinho, N. (2015). *Stress Ocupacional e Estratégias de Coping em Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais*. Lisboa: Instituto Politécnico de Lisboa – Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa.
- Pais Ribeiro, J.L., & Rodrigues, A. P. (2004). Questões acerca do Coping: A propósito do estudo de adaptação do Brief Cope. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 5(1), 3-15.
- Pallant, J. (2007). *SPSS Survival Manual*. Berkshire: Open University Press.
- Rafael, M. (2003). O Inventário sobre o Stress Profissional de Charles D. Spielberger. Alguns dados psicométricos e diferenciais da adaptação portuguesa. *Revista Portuguesa de Psicologia*, 37, 143-165.
- Richardson, G. (2002). The metatheory of resilience and resiliency. *Journal of Clinical Psychology*, 58(3), 307-321.
- Spielberger, C. D. & Vagg, P. R. (1999). *Job Stress Survey. Professional Manual*. Odessa, FL: Psychological Assessment Resources.
- Tomás, C., & Fonseca, D. (2004). Crianças em Perigo: O Papel das Comissões de Protecção de Menores em Portugal. *Revista de Ciências Sociais*, 47(2), 383-408.
- Torres, A., Pegado, E., Sousa, I., & Cruz, R. (2008). *Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens*. Manuscrito não publicado, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Truter, E., & Fouché, A. (2015). Reflective Supervision: Guidelines for Promoting Resilience amongst Designated Social Workers. *Social Work/Maatskaplike Werk*, 51(2), 221-24.

ANEXOS

ANEXO A

Boas práticas no sistema de promoção e protecção de crianças e jovens em Portugal

O presente estudo, para o qual solicitamos a sua colaboração, decorre no âmbito de um projeto de investigação do Programa de Doutoramento Interuniversitário das Universidades de Coimbra e Lisboa em Psicologia Clínica: Psicologia da Família e Intervenção Familiar, intitulado “Boas práticas no sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em Portugal: contributos de famílias, profissionais e magistrados envolvidos no sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em risco.”

Este projeto é orientado pela Professora Doutora Maria Teresa Ribeiro e pelo Professor Doutor Emérito James Anglin (Universidade de Victoria - Canadá), e tem como objetivo estudar boas práticas no sistema de promoção e proteção português através da análise da perspectiva de magistrados, técnicos e famílias envolvidos no mesmo e de algumas variáveis.

A sua colaboração, enquanto participante deste estudo, consiste no preenchimento de um questionário com a duração de cerca de 30 minutos. A sua colaboração é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, se assim o desejar.

Garantimos a confidencialidade e o anonimato de toda a informação recolhida, não sendo registados dados que o possam identificar.

Todo o estudo decorrerá segundo os princípios éticos internacionais aplicados à investigação em Psicologia. Poderá esclarecer qualquer dúvida e/ou obter informações sobre a investigação através do endereço de e-mail: leonorgsvc.psicologia@gmail.com.

Agradecemos, desde já, a sua disponibilidade e colaboração, um contributo fundamental para a investigação científica nesta área e para a implementação de boas práticas no sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em Portugal.

Dados sócio-demográficos

Para melhor relacionar os dados recolhidos, é importante obter algumas informações sobre os participantes. Assim, solicita-se que preencha este questionário:

Idade: _____

Sexo:

Masculino ☐

Feminino ☐

Tempo de trabalho na área da proteção de crianças e jovens em risco: _____

Tempo de experiência como técnico (no total): _____

Tem formação específica na área da proteção de crianças e jovens em risco? Se sim, qual?

Distrito onde trabalha: _____

ANEXO B

Output 1 – Teste da normalidade das variáveis sócio-demográficas e de funcionamento psicossocial

Tests of Normality						
	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
Idade	.106	50	.200*	.960	50	.089
Sexo	.535	50	.000	.303	50	.000
Tempo Trabalho na area Crianças Jovens em Risco	.155	50	.004	.914	50	.001
Tempo Total de trabalho como Tecnico	.108	50	.200*	.930	50	.006
Cop_Act	.249	50	.000	.830	50	.000
Planear	.253	50	.000	.854	50	.000
Suporte_Inst	.218	50	.000	.885	50	.000
Suporte_SocEmo	.180	50	.000	.943	50	.018
Religiao	.222	50	.000	.811	50	.000
Reint_Positiva	.249	50	.000	.887	50	.000
Auto_Culpabilizacao	.224	50	.000	.897	50	.000
Aceitacao	.208	50	.000	.852	50	.000
Expressao_Sentimentos	.146	50	.009	.938	50	.012
Negacao	.285	50	.000	.747	50	.000
Auto_Distracao	.205	50	.000	.910	50	.001
Desinvest_Comportamental	.392	50	.000	.679	50	.000
Substancias	.523	50	.000	.290	50	.000
Humor	.188	50	.000	.892	50	.000

Tests of Normality

	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
CDRISC	.081	50	.200 [*]	.981	50	.609
JS_S	.076	50	.200 [*]	.980	50	.573
JS_F	.078	50	.200 [*]	.977	50	.429
JS_X	.158	50	.003	.931	50	.006
JP_S	.069	50	.200 [*]	.974	50	.326
JP_F	.064	50	.200 [*]	.980	50	.551
LS_S	.117	50	.084	.975	50	.372
LS_F	.129	50	.037	.958	50	.072

*. This is a lower bound of the true significance.

a. Lilliefors Significance Correction

Output 2 - Correlações entre as variáveis em estudo: sócio-demográficas e de funcionamento psicossocial

Correlations

Spearman's rho	Idade	Cop_Act	Planear	Suporte_Inst	Suporte_SocE mo	Religiao	Reint_Positiva	Auto_Culpabiliz acao
	Correlation Coefficient	.174	.079	-.117	-.080	-.254	-.093	.062
	Sig. (2-tailed)	.226	.585	.419	.579	.075	.519	.667
	N	50	50	50	50	50	50	50
Sexo	Correlation Coefficient	.086	.100	.233	.162	.094	.109	.126
	Sig. (2-tailed)	.552	.489	.103	.260	.518	.450	.385
	N	50	50	50	50	50	50	50
Tempo Trabalho na area Crianças Jovens em Risco	Correlation Coefficient	-.090	-.052	-.061	.153	-.238	-.035	.116
	Sig. (2-tailed)	.534	.721	.673	.289	.096	.810	.424
	N	50	50	50	50	50	50	50
Tempo Total de trabalho como Tecnico	Correlation Coefficient	.065	-.018	-.018	.008	-.389**	-.118	-.099
	Sig. (2-tailed)	.653	.900	.901	.954	.005	.416	.492
	N	50	50	50	50	50	50	50
Formacao Especifica em Crianças Jovens em Risco	Correlation Coefficient	.217	.237	.065	.195	-.054	.090	-.055
	Sig. (2-tailed)	.130	.098	.655	.174	.708	.533	.704
	N	50	50	50	50	50	50	50

Correlations

Spearman's rho	Idade	Correlation Coefficient	Aceitacao	Expressao_Sen- timentos	Negacao	Auto_Distracca- o	Desinvest_Com- portamental	Substancias	Humor
	Idade	Correlation Coefficient	-.200	.034	.100	-.220	.103	-.084	.129
		Sig. (2-tailed)	.165	.817	.488	.125	.476	.563	.373
		N	50	50	50	50	50	50	50
	Sexo	Correlation Coefficient	.099	-.029	.146	-.071	-.215	.185	.141
		Sig. (2-tailed)	.494	.844	.312	.626	.134	.199	.330
		N	50	50	50	50	50	50	50
	Tempo Trabalho na area Crianças Jovens em Risco	Correlation Coefficient	-.262	.230	.042	-.081	.083	-.152	.253
		Sig. (2-tailed)	.066	.108	.773	.574	.568	.293	.076
		N	50	50	50	50	50	50	50
	Tempo Total de trabalho como Tecnico	Correlation Coefficient	-.300*	.070	-.083	-.234	-.032	-.125	.173
		Sig. (2-tailed)	.034	.627	.566	.102	.826	.386	.230
		N	50	50	50	50	50	50	50
	Formacao Especifica em Crianças Jovens em Risco	Correlation Coefficient	.145	.009	.023	.122	.073	-.232	-.210
		Sig. (2-tailed)	.314	.952	.875	.397	.615	.105	.143
		N	50	50	50	50	50	50	50

Correlations

Spearman's rho	Idade	CDRISC	JS_S	JS_F	JS_X	JP_S	JP_F	LS_S	LS_F
	Correlation Coefficient	.022	-.026	.090	.071	-.027	.044	-.049	.080
	Sig. (2-tailed)	.882	.858	.534	.625	.853	.760	.736	.582
	N	50	50	50	50	50	50	50	50
Sexo	Correlation Coefficient	.095	-.079	-.056	-.026	-.128	.013	-.046	-.051
	Sig. (2-tailed)	.514	.584	.698	.860	.376	.930	.751	.724
	N	50	50	50	50	50	50	50	50
Tempo Trabalho na area Crianças Jovens em Risco	Correlation Coefficient	-.123	.036	.251	.190	.065	.120	.061	.233
	Sig. (2-tailed)	.397	.805	.079	.186	.656	.407	.672	.103
	N	50	50	50	50	50	50	50	50
Tempo Total de trabalho como Tecnico	Correlation Coefficient	-.064	-.133	.167	.095	-.128	.074	-.127	.183
	Sig. (2-tailed)	.659	.358	.247	.510	.377	.611	.379	.203
	N	50	50	50	50	50	50	50	50
Formacao Especifica em Crianças Jovens em Risco	Correlation Coefficient	.085	.014	.076	.113	-.012	.010	.045	.132
	Sig. (2-tailed)	.558	.924	.599	.436	.933	.943	.756	.362
	N	50	50	50	50	50	50	50	50

**. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

Output 3 - Correlações entre as estratégias de *coping* e resiliência e *stress*

Correlations

Spearman's rho	Cop_Act	CDRISC	JS_S	JS_F	JS_X	JP_S	JP_F	LS_S	LS_F
	Cop_Act	Correlation Coefficient	.299*	.088	.108	.098	.152	.130	.043
		Sig. (2-tailed)	.035	.542	.457	.497	.291	.368	.766
		N	50	50	50	50	50	50	50
	Planear	Correlation Coefficient	.157	.095	.162	.191	.079	.110	.124
		Sig. (2-tailed)	.276	.512	.261	.185	.588	.448	.391
		N	50	50	50	50	50	50	50
	Suporte_Inst	Correlation Coefficient	.014	.226	.251	.046	.164	.173	.262
		Sig. (2-tailed)	.923	.114	.079	.754	.254	.229	.066
		N	50	50	50	50	50	50	50
	Suporte_SocEmo	Correlation Coefficient	.017	.304*	.321*	.189	.224	.368**	.263
		Sig. (2-tailed)	.908	.064	.023	.189	.118	.009	.065
		N	50	50	50	50	50	50	50
	Religiao	Correlation Coefficient	.099	.104	.211	.375**	.070	.272	.134
		Sig. (2-tailed)	.494	.472	.142	.007	.627	.056	.352
		N	50	50	50	50	50	50	50
	Reint_Positiva	Correlation Coefficient	.326*	.118	.071	-.135	.189	.221	.097
		Sig. (2-tailed)	.021	.413	.627	.350	.188	.122	.503
		N	50	50	50	50	50	50	50
	Auto_Culpabilizacao	Correlation Coefficient	-.137	.424**	.332*	.473**	.241	.264	.170
		Sig. (2-tailed)	.344	.002	.019	.001	.092	.064	.237
		N	50	50	50	50	50	50	50

Correlations

		CDRISC	JS_S	JS_F	JS_X	JP_S	JP_F	LS_S	LS_F
Aceitacao	Correlation Coefficient	.428**	.195	-.023	.019	.041	.175	.199	-.083
	Sig. (2-tailed)	.002	.174	.875	.893	.775	.224	.167	.568
	N	50	50	50	50	50	50	50	50
Expressao_Sentimentos	Correlation Coefficient	.239	.334*	.380**	.359*	.297*	.351*	.319*	.295*
	Sig. (2-tailed)	.094	.018	.006	.010	.036	.013	.024	.038
	N	50	50	50	50	50	50	50	50
Negacao	Correlation Coefficient	-.089	.158	-.022	.038	.347*	-.087	-.049	-.015
	Sig. (2-tailed)	.537	.273	.879	.795	.014	.547	.733	.919
	N	50	50	50	50	50	50	50	50
Auto_Distracao	Correlation Coefficient	.283*	.110	-.079	-.045	.115	-.066	.064	-.069
	Sig. (2-tailed)	.047	.448	.584	.755	.428	.649	.657	.634
	N	50	50	50	50	50	50	50	50
Desinvest_Comportamental	Correlation Coefficient	.103	.452**	.213	.281*	.360*	.151	.430**	.255
	Sig. (2-tailed)	.478	.001	.137	.048	.010	.294	.002	.073
	N	50	50	50	50	50	50	50	50
Substancias	Correlation Coefficient	.065	.046	-.181	-.120	.093	-.161	-.110	-.139
	Sig. (2-tailed)	.654	.752	.207	.408	.522	.264	.447	.337
	N	50	50	50	50	50	50	50	50
Humor	Correlation Coefficient	.028	.228	.182	.208	.173	.168	.138	.167
	Sig. (2-tailed)	.846	.112	.205	.146	.229	.243	.341	.248
	N	50	50	50	50	50	50	50	50

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

* . Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

Output 4 - Correlações entre resiliência e *stress*

Correlations

Spearman's rho	CDRISC	CDRISC	JS_S	JS_F	JS_X	JP_S	JP_F	LS_S	LS_F
		Correlation Coefficient	-.039	.014	-.053	-.315*	.069	.150	-.081
		Sig. (2-tailed)	.789	.923	.716	.026	.632	.299	.574
		N	50	50	50	50	50	50	50

*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

**. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Output 5 – Teste t para duas amostras independentes

Independent Samples Test

Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						
	F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference Lower Upper
JS_S	.284	.597	.425	48.000	.672	.162	.380	-.603 .926
Equal variances assumed								
Equal variances not assumed			.491	17.079	.629	.162	.329	-.532 .856
JS_F	.001	.982	.749	48.000	.457	.503	.671	-.846 1.851
Equal variances assumed								
Equal variances not assumed			.719	13.212	.485	.503	.699	-1.005 2.010
JS_X	.584	.448	.950	48.000	.347	4.497	4.735	-5.023 14.018
Equal variances assumed								
Equal variances not assumed			1.094	16.991	.289	4.497	4.111	-4.177 13.172